

O TERRITÓRIO E AS POSSIBILIDADES DA LEITURA GEOGRÁFICA DO SISTEMA DO CAPITAL: QUESTIONAMENTOS ACERCA DA SUBSUNÇÃO DO TRABALHO CAMPONÊS

Wagnervalter Dutra Júnior

Mestrando em Geografia pela UFS

Prof. Visitante UNEB – Campus VI Caetitê - BA

wagnervalter@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo discute as possibilidades de leitura crítica do espaço estabelecida a partir da mediação da contradição capital x trabalho nos termos da expressão espacial da luta de classes e dos conflitos que são produzidos pela sociedade produtora de mercadorias (o reino do trabalho abstrato). A partir de tal perspectiva pensar a respeito da produção do espaço agrário significa considerar as contradições inerentes à produção da vida material no sistema do capital. O território emerge como elemento central no processo de compreensão das contradições do modo de produção capitalista, tendo em vista que a apropriação privada caracteriza a formação do mesmo, colocando-se como vetor de afirmação da propriedade privada e do trabalho abstrato concomitantemente, sem tal processo não haveria possibilidade de reprodução ampliada do capital. O território se põe como mediação na compreensão da questão agrária – social e do espaço agrário, e a “forma” de valorização do/no espaço pressupõe que existem limites e possibilidades para a compreensão e a ação dos movimentos sociais no campo.

Palavras-chave: espaço agrário, território, trabalho camponês, questão agrária, movimentos sociais no campo.

THE TERRITORY AND THE POSSIBILITIES OF THE GEOGRAPHICAL READING OF THE SYSTEM OF THE CAPITAL: QUESTIONS CONCERNING THE OVERWHELM OF THE FARM WORK

ABSTRACT

The present article discusses the possibilities of critical reading of the space established starting from the mediation of the contradiction capital x work in the terms of the space expression of the class warfare and of the conflicts that are produced by the goods producer society (the kingdom of the abstract work). Starting from such a perspective, to think regarding the production of the agrarian space means to consider the contradictions inherent to the production of the material life in the system of the capital. The territory emerges as central element in the process of understanding of the contradictions in the way of capitalist production, since the deprived appropriation characterizes the formation of itself, finding itself as vector of statement of the private property and of the abstract work concomitantly, without such a process there would not be possibility of enlarged reproduction of the capital. The territory works as mediation in the understanding of the agrarian-social subject and of the agrarian space, and the “form” of valorization of/in the space presupposes that limits and possibilities exist for the understanding and the action of the social movements in the field.

Key words: agrarian space, territory, farm work, agrarian subject, social movements in the field.

Palavras Iniciais

A leitura crítica do espaço se estabelece a partir da mediação da contradição capital x trabalho nos termos da expressão espacial da luta de classes e dos conflitos que são produzidos pela sociedade produtora de mercadorias (o reino do trabalho abstrato). A partir de tal perspectiva pensar a respeito da produção do espaço agrário significa considerar as contradições inerentes à produção da vida material no sistema do capital. O território emerge como elemento central

Recebido em 20/06/2008

Aprovado para publicação em 21/02/2009

no processo de compreensão das contradições da condição sociometabólica do capital, tendo em vista que a apropriação privada caracteriza a formação do mesmo, colocando-se como possibilidade tendencial de afirmação da propriedade privada e do trabalho abstrato concomitantemente, sem tal processo não haveria possibilidade de reprodução ampliada do capital. Chauí dá uma dimensão do processo:

[...] o capitalismo é aquela formação em que, pela primeira vez, totaliza o processo histórico. Não totaliza a história inteira e sim se totaliza e ao se totalizar torna compreensível o restante da história. O capitalismo se totaliza no espaço, ocupando o planeta inteiro, e se totaliza no tempo porque ele é a transição da pré-história para a história, e, finalmente, efetua uma totalização interna da sua própria estrutura social, numa totalização vertical. (2007, p. 165).

É fundamental recordarmos Mészáros (2002), quando coloca que capital e capitalismo são distintos, mas de tal idéia pode-se estabelecer uma relação com o que traz Marilena Chauí (2007), o capitalismo é a face mais 'aterradora' do sistema de metabolismo social do capital, pois exacerbando-se as formas mais típicas de capital certamente sua lógica incorrigível não terá condições de possibilitar meios de vida para uma gama cada vez maior de pessoas.

A exclusão total do processo produtivo produz socialmente trabalhadores sem-teto, sem-emprego, sem-terra, não como excluídos, mas como a afirmação dos imperativos do capital. A luta por sobreviver pode significar a luta por território, como no caso dos movimentos sociais no campo (MST), no sentido de que a terra apropriada agora pelo camponês seja sinônimo de autonomia.

O território na lógica escalar do sistema do capital: algumas considerações

O território se põe como mediação na compreensão da questão agrária – social e do espaço agrário, e a "forma" de valorização do/no espaço pressupõe que existem limites e possibilidades para a compreensão e a ação dos movimentos sociais no campo. Nesse contexto, pensando em termos de escala, por exemplo, uma reflexão apropriada é colocada por Smith:

[...] o dinamismo do espaço geográfico [é] igualmente uma expressão da imagem do capital. O vaivém do espaço desenvolvido para o subdesenvolvido, e seu retorno para aquele novamente, apenas é expressão geográfica do constante e necessário movimento do capital fixo para o circulante, e novamente deste para aquele. Mais fundamentalmente, é a manifestação geográfica do movimento constante e necessário do valor de uso para o valor de troca, e vice-versa. (1984, p. 214).

O vaivém entre espaços de uso e de troca aponta a vitalidade do território (enquanto espaço que se realiza na forma da propriedade privada) para a dinâmica da reprodução ampliada do capital. O modo de produção capitalista sobrevive eminentemente a partir da expansão geográfica¹, a produção para ser convertida em mais-valia precisa 'completar e acelerar' o circuito $P - D - C - C^2$. A partir do momento em que se caminha da subordinação formal à sujeição real todos os aspectos da vida material estão mercantilizados, guardadas as proporções particulares.

A produção do camponês também converte-se em mercadoria, como já apontara Kautsky, entrando então no reino do trabalho abstrato, que se realiza, nesse caso, através da renda da terra, as relações monetárias vão apreendendo o cotidiano do campesinato. A expulsão da terra está posta na razão direta da ampliação do capital no campo, seja em sua territorialização direta ou indireta (monopolização do território), desenvolvendo formas sutis de subsunção do trabalho camponês e a sua expropriação; tais subsunções só se efetivam pela coerção direta, que só se viabiliza territorialmente, com todas as contradições da sociabilidade capitalista, sendo a totalidade de tal processo referendado na seguinte passagem de Harvey:

Povos com maior diversidade de experiência histórica, que viviam em uma série de circunstâncias físicas incríveis, tem sucumbido junto, [...] na maioria das vezes com o exercício cruel da força bruta, em uma unidade complexa no bojo da divisão [social – territorial] internacional do trabalho. As relações monetárias tem penetrado até o último rincão do mundo, em quase todos os aspectos da vida social e inclusive na vida privada. Esta subordinação das

formas de atividade humana ao capital, exercida através do mercado, tem sido complementada cada vez mais por aquela subordinação real que requer que se converta o trabalho em mercadoria-força de trabalho por meio de acumulação primitiva [momento chave da contínua territorialização do capital [...]]. Esta transformação radical das relações sociais não tem avançado uniformemente [...] tem penetrado de forma relativamente pacífica em um lugar e com violência genocida em outro³. (1990, p. 376).

O território do capital nega a autonomia camponesa, além do fetichismo da mercadoria o fetichismo que o espaço mercadoria reifica aumenta as possibilidades de inserção do camponês na lógica da reprodução ampliada do capital. O caráter capitalista do fetichismo se inicia na transição da apropriação individual de objetos naturais para o sustento, ao controle alheio do trabalho. “Ao apropriar-se individualmente dos objetos naturais para prover sua vida, é ele quem controla a si mesmo; mais tarde ficará sob o controle de outrem” (Marx, 2002, p. 577), e não mais se reconhecerá enquanto produtor social da riqueza. Engendra-se o território produzido pelo trabalho humano (produtivo), tendo em vista que além da produção de mercadorias, o território é momento-chave da produção da mais valia. “Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia servido assim à *auto-expansão* do capital” (Marx, 2002, p. 578), servindo à produção do espaço apropriado privadamente nos termos do que coloca Moraes & Costa:

O comando do processo de formação territorial [...] só vai manifestar-se em toda a sua plenitude com o domínio do modo de produção capitalista. Este, tendo como móvel a própria criação do valor (reprodução ampliada), apropria-se do território enquanto um momento do processo de acumulação do capital. Por ter como unidade fundamental a mercadoria sujeita o espaço apropriado às leis de mercado. (1996, p. 123).

Evidencia-se que o desenvolvimento desigual do sistema do capital necessitar subsumir o espaço aos imperativos do valor de troca (território). A produção do espaço e cada momento da produção da vida material se subordinam à troca, num momento/movimento de “[...] substituir por uma produção baseada no capital os modos de produção precedentes [...]” (Marx *apud* Gonçalves, 1996, p. 146), absorvendo à lógica do capital formas não tipicamente capitalistas de trabalho e produção para a órbita do valor de troca. As dimensões do processo de controle da produção (do trabalho e da produção do espaço) relacionam-se às mediações de segunda ordem da condição sócio-metabólica do capital, que a partir do tripé em que se sustenta tal sistema Estado - Capital - Trabalho, obtém eficácia em se totalizar e totalizar suas formas de sociabilidade.

O controle do Estado é de suma importância para que os capitalistas perpetuem a condição de controle da sociedade produtora de mercadorias, historicamente chegar ao “[...] Estado é apropriar-se não só do poder sobre o espaço, mas também do espaço já existente e produzi-lo e reproduzi-lo a sua maneira, isto é como capital.” (Silva, 1991, p. 134).

Considerações Finais

Sendo o Estado um mediador essencial à produção do espaço e realização do sistema do capital, para o presente texto algumas reflexões sobre a condição territorial dos movimentos sociais no campo (em especial o MST) emergem: Quais os limites e possibilidades da efetivação da autonomia camponesa sendo que o Estado capitalista se encarrega em desenvolver formas sutis de subsunção do seu trabalho a partir de projetos e financiamentos diversos (inclusive fomentados pelo Banco Mundial)? A partir do tripé Estado – Capital – Trabalho como se pode pensar na lógica vigente sobre a possibilidade de que a posse (propriedade apropriada individualmente) garanta a autonomia camponesa, ou será necessário ao camponês do MST repensar tal condição/contradição? Com a reestruturação produtiva do capital e as metamorfoses do mundo do trabalho em que contexto escalar do vaivém do capital está situado contemporaneamente o trabalho camponês?

Estas provocações não serão respondidas no presente texto, mas estão postas para que se possa pensar nas articulações e contradições do território mediado pelo tripé Estado – Capital – Trabalho (e para o debate). Quando Marx coloca que o capital não é apenas resultado, mas pressuposição da produção capitalista, o geógrafo na análise do território precisa desvendar as

premissas postas por Marx e a condição espacial das mesmas para assim poder contribuir com o desvendamento das máscaras sociais ocultas sob o fetichismo da mercadoria.

Notas

1. Idéia apresentada e discutida pela Prof^a. Dr^a. Alexandrina Luz Conceição na disciplina História do Pensamento Geográfico do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (turma 2007).
2. Segundo Marx: Produção – Distribuição – Circulação – Consumo (P –D –C – C).
3. Trecho extraído de Los Límites del Capitalismo y La Teoría Marxista (1990 – Fondo de Cultura Económica – México), tradução nossa.

REFERÊNCIAS

- CHAUÍ, M. A História no Pensamento de Marx. In: BORON, A (org). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. São Paulo. CLACSO – Expressão Popular, 2007.
- GONÇALVES, C. W. P. Estrutura Agrária e Dominação do Campo: notas para um debate. In: SANTOS, M. (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 4º ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.
- HARVEY, D. Los Límites Del Capitalismo Y La Teoría Marxista. México. Fondo de Cultura Económica, 1990.
- MARX, K. O Capital: crítica da economia política: livro I, v. 2. 18º ed. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2002.
- MORAES, A. C. R. & COSTA, W. M. A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço. In: SANTOS, M. (org). Novos Rumos da Geografia Brasileira. 4º ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1996.
- SILVA, A. C. Geografia e Lugar Social. São Paulo. Ed. Contexto, 1991.
- SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e produção do espaço. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1988.